



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O presente estudo objetiva a contratação de empresa para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos Grupos A, B e E de acordo com as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 222/2018 e normas ambientais vigentes.

1.2. A quantidade prevista para contratação é:

Item	Especificação resumida	Und.	Consumo médio mensal	Quantidade Solicitada
01	Serviço especializado em coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos Grupo A, B e E.	KG	350kg	4.200

### 1.3. Classificação dos Grupos de resíduos sólidos:

<b>GRUPO A</b> Resíduo com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.	<u>Subgrupo A1</u> - Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os medicamentos hemoderivados; descarte de vacinas de microorganismos vivos, atenuados ou inativados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética. - Resíduos resultantes da atividade de ensino e pesquisa ou atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microorganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido. - Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta. - Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. <u>Subgrupo A4</u> - Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons. - Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre - Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.
<b>GRUPO B</b> Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e quantidade.	Produtos farmacêuticos - Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. - Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). - Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas. - Demais produtos considerados perigosos: tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos.
<b>GRUPO E</b> Materiais perfurocortantes ou escarificantes	Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; ponteiros de micropipetas; lâminas e laminulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

1.4. Os resíduos infectantes gerados num Serviço de Saúde devem receber atenção especial, desde a sua geração até a destinação final, de acordo as legislações em vigor: **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28/03/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** que regulamenta as boas práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde; a **Resolução nº 358 de 29/04/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)** que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços da saúde; **NBR 12.808: 2016 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que classifica os resíduos de serviços de saúde quanto aos risco potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que tenham gerenciamento adequado; **NBR 13.853-1: 2018 da Associação de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece os requisitos para os recipientes descartáveis destinados ao acondicionamento de resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes, para sua coleta e encaminhamento a tratamento; **NBR 12.810: 2016 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança; **NBR 14.652: 2019 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece os requisitos mínimos de construção e inspeção dos coletores transportes de resíduos de serviços de saúde.

1.5. A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer risco a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final inadequada desses resíduos, pode ocasionar consequência ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuir para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente.

1.6. O cálculo de quantidade solicitada foi baseado na planilha de pesagem de resíduos hospitalares gerados pela Unidade Básica de Saúde do Município no período de 12 meses (fevereiro de 2024 a janeiro de 2025), bem como previsto uma margem de segurança de 20%, uma vez que a lei 14.133/21 prevê que os contratos de prestação de serviços continuados, como é o caso da contratação objetivada por este processo licitatório, podem ser prorrogadas por até 05 (cinco) anos.

DATA	PESAGEM TOTAL
Fevereiro/2024	145,90 kg
Março/2024	218,10 kg
Abril/2024	280,50 kg
Maió/2024	271,20 kg
Junho/2024	253,50 kg
Julho/2024	300,70 kg
Agosto/2024	394,20 kg
Setembro/2024	304,20 kg
Outubro/2024	407,90 kg
Novembro/2024	337,00 kg
Dezembro/2024	323,00 kg
Janeiro/2025	263,00 kg
<b>PESAGEM ANUAL TOTAL</b>	<b>3.499,20 kg</b>
<b>MÉDIA MENSAL</b>	<b>291,60 kg</b>
<b>MARGEM SEGURANÇA 20%</b>	<b>4.200KG ANO 350KG MÊS</b>



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## **2. FUNDAMENTAÇÃO** (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A Unidade Básica de Saúde Municipal se destaca no atendimento, de baixa e média complexidade, a todos os moradores do Município que estão na ativa e aposentados, assim como na capacitação de profissionais de saúde. Em função de suas atividades e do número de atendimentos/dia, é caracterizado com grande gerador de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde, especialmente dos Grupos A, B e E.

2.1. Devido ao alto risco de contaminação, seja presença de agentes biológicos, substâncias químicas, ou ainda, por materiais perfurantes, os Resíduos de Serviços da Unidade de Saúde do Município exigem um tratamento especial antes de ser descartado. Daí a necessidade da terceirização do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos produzidos pela Unidade Básica de Saúde Municipal.

2.2. Ressalta-se que, a política Nacional de Resíduo Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de agosto de 2010, responsabiliza os gestores de resíduos perigosos pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos, que inclui a coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos.

2.3. Deste modo, a contratação visa dar a correta destinação ao resíduos de serviços de saúde gerados na Unidade Básica de Saúde Municipal, decorrentes das diversas atividades assistências da Instituição, atendendo à Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 222, de 28 de março de 2018 e Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e 358, de 29 de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que dispõe sobre Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, e para a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de lixo hospitalar.

2.4. O lixo hospitalar, também conhecido como resíduo hospitalar e resíduo de serviços de saúde, engloba todos os tipos de resíduos gerados durante o atendimento a pacientes. Os resíduos de serviços de saúde são divididos entre grupos, entre os quais: Grupo A, Grupo B e Grupo E.

2.5. A coleta de lixo ou resíduo hospitalar é obrigatória, a fim de evitar a proliferação de microrganismos nocivos, preservando-se a vida humana e a natureza.

2.6. O objeto desta contratação NÃO possui item equivalente similar disponível para contratação nas atas de Registro de Preço vigentes do Município de Cândido Rodrigues.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam às necessidades das áreas requisitantes, e considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos Grupos A, B e E de acordo com as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 222/2018 e normas ambientais vigentes.

3.2. As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para a execução do objeto.

3.3. O início da execução dependerá do que constar no contrato administrativo a ser celebrado.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato. Este pregão eletrônico tem como base o disposto no artigo 29 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2. Além da assinatura do contrato administrativo, serão preenchidos e assinados o Termo de Ciência e Notificação e o Cadastro do Responsável, conforme modelo fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como eventuais outros documentos exigidos pelo edital.

4.3. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

4.4. Não será admitida a subcontratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Durante o prazo de vigência do contrato o valor permanecerá inalterado, havendo prorrogação, poderá ser concedido correção com base no IPC-A (IBGE).

5.3. Os serviços serão executados por empreitada por preço unitário.

5.4. A execução dos serviços será iniciada mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante, em prazo não superior a 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue:

5.5. A coleta deverá acontecer na Unidade Básica de Saúde Municipal – Paolina Pivetta Ferretti, localizada na Rua Brasília, 250, Cândido Rodrigues, e se destina aos resíduos gerados por este local.

5.6. A coleta será semanal, toda quarta-feira, das 07h às 11:30h, abrangendo transporte, tratamento, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde, dos grupos A, B e E e obedecerá às exigências das normas ambientais vigentes;

5.7. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contênes específicas, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221 (fevereiro 2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004 (novembro 2004) e Resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004 do Ministério dos Transportes e suas atualizações;

5.8. A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da Unidade Básica de Saúde Municipal;

5.9. A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença do servidor Fiscal do Contrato, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem;

5.10. Todo o equipamento necessário para coleta seguirá o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada

5.11. Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta;

5.12. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.13. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

### **6.1. Rotinas De Fiscalização Contratual**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.7. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.8. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.1.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **6.2. Critérios de Medição e Pagamento (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).**

6.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o número da licitação, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

6.2.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails [nfe@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:nfe@candidorodrigues.sp.gov.br).

6.2.3. Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.2.4. O disposto no item 6.2.1. não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

## **6.3. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

6.3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 29, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço unitário.

6.3.2. Poderão participar EXCLUSIVAMENTE do presente Pregão às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, e aquelas descritas nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, interessadas que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.3.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

6.3.3.1. Consórcio, por ser um objeto comum, perfeitamente executado por uma única empresa;

6.3.3.2. Quem esteja em recuperação judicial (exceto as que apresentarem o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula 50 do TCE/SP);

6.3.3.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados (A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade).

6.3.3.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade);

6.3.3.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta com declaração de inidoneidade ou suspensão de licitar e contratar com o Município de Cândido Rodrigues, bem como será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.3.3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

## **6.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

6.4.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

6.4.2. Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

6.4.3. O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

## **6.5. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

6.5.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município de sua sede;

6.5.2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.5.3. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

6.5.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;

6.5.5. Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.5.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

6.5.7. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

## **6.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

6.6.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

6.6.2. É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011);

6.6.3. A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

6.6.4. Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

## **6.7. HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

6.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6.7.1.1. Considera-se compatível com o objeto da licitação o atestado que certifique a prestação de serviço com quantitativo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado.

6.7.2. Licença ambiental do órgão competente para operação (LAO) de tratamento de Resíduos de Serviço de Saúde (RESOLUÇÃO Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997 - IBAMA);



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.7.3. Licença ou autorização ambiental emitida pelo órgão competente para transporte de resíduos perigosos, dentro dos estados em que a empresa proponente atuar. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 9 DE MAIO DE 2012) (RESOLUÇÃO Nº 358 /CONAMA);

6.7.4. Autorização Ambiental de Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitida pelo IBAMA nos termos da IN nº 05 /2012, do IBAMA;

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

8.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviços.

8.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi baseada em pesquisa de preços no banco de preços, conforme documentos anexados ao processo licitatório, chegando-se aos valores previstos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR MAXIMO	QTDE TOTAL	VALOR TOTAL
01	Serviço especializado em coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos Grupos A, B e E.	KG	R\$ 9,83	4.200	R\$ 41.286,00

8.3. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 41.286,00 (quarenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais)** por um período de 12 meses.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 034	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	15.452.0005.2030.00003.3.90.39.00

Este Termo de Referência foi elaborado pelas seguintes pessoas:

**Indiamara Lourenço Rodrigues Lacruz**  
Secretária Municipal de Saúde de Candido Rodrigues

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

**Tiago Alex Ravazzi**  
Prefeito Municipal